

# A QUESTÃO DA LOUCURA NA HISTORIOGRAFIA OCIDENTAL E NOS JORNAIS DA CIDADE DE CUIABÁ NA PRIMEIRA REPÚBLICA

THE ISSUE OF MADNESS IN WESTERN HISTORIOGRAPHY AND IN THE NEWSPAPERS OF THE CITY OF CUIABÁ DURING THE FIRST REPLUBIC

**Loiva Canova**

Universidade Federal de Mato Grosso

## **Correspondência**

Departamento de História – UFMT  
Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 2367 Bairro Boa Esperança.  
Cuiabá – MT – CEP 78060-900

## **Resumo:**

Este artigo problematiza a forma como os insanos e a loucura foi retratada nos jornais publicados pela Igreja Católica na cidade de Cuiabá, na época da Primeira República. Para atingir tais objetivos, são discutidas algumas das representações e práticas sociais formuladas pelas autoridades político-administrativas, policiais e médicas da capital do estado de Mato Grosso, no período em questão, concernentes aos indivíduos considerados loucos e à necessidade de segregá-los.

## **Palavras-chave:**

Historiografia, loucura, Cuiabá.

## **Abstract:**

This article approaches the way through which the insane and the madness were portrayed in the newspapers published by the Catholic Church in the city of Cuiabá, by the time of the First Republic. In order to achieve such objectives, some of the representations and social practices are discussed formulated by the political-administrative, police and medical authorities the state capital of Mato Grosso, in the referred period, regarding the individuals considered insane and the necessity of segregating them.

## **Keywords:**

Historiography, madness, Cuiabá.

## 1. A historiografia e a loucura no Ocidente

Na historiografia contemporânea, o tema da loucura tem sido tratado, em larga medida, a partir da contribuição decisiva da obra de Michel Foucault, sobretudo em *História da loucura na Idade Clássica*<sup>1</sup>, que representa um marco sobre a análise da loucura no Ocidente europeu, fazendo referência principalmente ao chamado período clássico. O autor inicia sua análise com destaque ao tema da loucura na Idade Média e a estende até o século XIX, abordando o processo de institucionalização da demência em hospitais manicomiais.

Problematizando uma rica e crítica história das condições que promoveram a constituição de um saber específico a respeito da loucura, Foucault investiga de que modo esse saber argumentou a necessidade de internamento do louco em instituições específicas a essa prática social. Analisa, ainda, as razões econômicas, sociais, políticas e culturais que promoveram a representação da loucura na modernidade, inserindo-as no campo das necessidades impostas pela ética do trabalho e geradas pelos valores da produção burguesa.

Durante a Idade Média, a prática de exclusão socialmente reconhecida era banir das cidades os loucos e no final dela, o louco não recebia sacramentos e nem podia visitar a igreja. Frequentemente era escorraçado das cidades e levado por marinheiros para lugares distantes. A viagem pelas águas trazia ao imaginário europeu a ideia da purificação, e alguns alienados passavam pela humilhação de serem chicoteados publicamente. Sob este modo de ver, os loucos daquele período eram confiados aos marinheiros e tornavam-se prisioneiros de sua própria partida. A navegação simbolizava a entrega do homem à incerteza da sorte, e todo embarque representava o último; do outro lado do mundo desembarcaria o demente.

Já naqueles tempos a loucura apresentava-se na contingência da inquietude. É nesse período que razão e loucura tornam-se ambivalentes, numa relação eternamente reversível, que implica toda loucura ter sua razão e toda razão ser dona de sua loucura, na qual ela encontra sua verdade irrisória. Cada uma é a medida da outra e é nesse movimento de recusa mútua que se fundamentam. A loucura alicerça-se no campo da razão e aí toma consciência de si mesma, pois se manifesta de forma paradoxal, e só tem sentido de suas forças quando julgada e controlada pela razão.

Ao tratar da grande internação, Foucault discutiu os papéis representados pelos hospitais gerais e também pelas santas casas de misericórdia. Na Europa, como no Brasil, esses hospitais cumpriram importante função de reclusão, recolhimento e alojamento e, não raro, eram provedores das primeiras necessidades humanas, principalmente aquelas referentes à alimentação. A Santa Casa de Misericórdia desempenhou no Ocidente o papel de pôr em ordem o mundo da miséria, evidenciando-se o desejo de ajudar e a necessidade de reprimir.

---

<sup>1</sup>FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

Foucault tratou de analisar também as funções da repressão e da assistência social desenvolvidas nesses hospitais e mostrou a importância de serem avaliados os mecanismos de controle impostos pelas instituições, que desenvolviam serviços de assistência com fins disciplinares e tinham por meta trazer a ordem do julgamento, bem como inserir nos discursos dos agentes institucionais a voz da verdade, a voz do saber e da técnica<sup>2</sup>.

É nos quadros desta discussão política, histórica e filosófica que podem ser encontrados elementos a respeito da loucura para entender o contexto político, médico e institucional no final do século XIX a meados do século XX. Sem dúvida, a obra de Foucault oferece importante referencial para se compreender a afirmação do saber psiquiátrico e o processo histórico da segregação da loucura no contexto dos valores burgueses em todo o mundo ocidental.

Outra obra de Michel Foucault, *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*<sup>3</sup>, traz maiores subsídios para discutir a organização interna dos hospitais e seus mecanismos de controle, oferecendo importante referencial do papel desempenhado pelas instituições hospitalar e policial no trato da loucura. Foucault problematiza as instituições como espaços fechados e vigiados, nos quais os indivíduos estão fixados e são controlados em seus menores movimentos, locais em que todos os acontecimentos são registrados. Segundo o autor, a cadeia pública, as escolas e os hospitais seguem regras funcionais. São instituições controladas pelo saber técnico e científico, por esse motivo se faz interessante a leitura das descrições individuais contidas nos prontuários médicos, bem como de documentos que apresentam relatos biográficos descritos pelos assistentes sociais, enfermeiras e médicos, especificando um conjunto de técnicas, procedimentos e instrumentos capazes de atuar no cotidiano da instituição. Essa obra subsidia também a leitura explicativa dos projetos arquitetônicos dos hospitais do Brasil, na perspectiva do método de análise e da forma do autor trabalhar com o sistema de vigilância institucional, que ele chama de *panóptico*.

Pode-se fazer uso deste referencial para entender que as instituições hospitalares, bem como as instituições policiais, utilizam como instrumentos de coação medidas disciplinares capazes de dirigir as comunicações, dominando e estabelecendo os critérios operacionais de conduta social.

Na análise das representações sobre a loucura, considera-se fundamental a contribuição de Michel Foucault<sup>4</sup> sobre a problemática do discurso e da vontade de verdade que, segundo o filósofo, tem seu contexto no século XIX, quando ganha força principalmente com as ciências da modernidade, com a sociedade industrial e com a ideologia positivista. No decorrer desse período, há uma demonstração dos efeitos desses discursos pretensamente científicos no sistema penal e nas perícias psiquiátricas. O discurso do enclausuramento do louco tinha por objetivo conter a

---

<sup>2</sup> Idem, p. 53.

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

<sup>4</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

palavra que representava ameaça e perigo. O discurso do louco não pode ser proferido como o dos outros, sua palavra não é acolhida como verdadeira nem tem importância social ou de defesa jurídica. Em tempos mais recentes, a palavra do louco é decifrada pelos médicos-psiquiatras por meio do aparato institucional criado no decorrer da era clássica. Aos médicos e psiquiatras foi permitida a escuta do paciente. Com esse procedimento, os profissionais retêm as palavras do paciente e por essa escuta há um desejo carregado de poderes. O discurso verdadeiro dá sentido à prática social da reclusão e, por consequência, da exclusão<sup>5</sup>.

Outras obras foram importantes para oferecer subsídios teóricos que possibilitassem o entendimento da loucura no Ocidente, todas, de alguma forma, referem-se aos estudos de Foucault. Entre elas destacam-se dois estudos de Thomas S. Szasz<sup>6</sup>, que trazem importante contribuição à problematização do assunto. Para este autor, as doenças humanas estão divididas na ordem do corpo e na ordem da personalidade ou da mente. Pessoas doentes da mente ou da personalidade são inferiorizadas socialmente, não dispõem dos mesmos atributos sociais e jurídicos oferecidos àquelas providas da razão. As contribuições de Szasz apresentam aportes teóricos para o entendimento da segregação imposta ao louco, por suas afirmações é possível analisar os motivos que permitem à Psiquiatria e suas práticas sociais produzirem a ideologia moral da intolerância. Ainda segundo esse autor, o conceito de doença mental atende a uma necessidade social em que os considerados insanos são julgados pelos especialistas médicos e pelos instrumentos jurídicos como inaptos à vida social e moral.

De acordo com Szasz, o trabalho de segregação dos considerados insanos parte principalmente do saber psiquiátrico e é visto como um engenheiro do comportamento que se supõe capaz de controlar os desvios sociais. Assim, o que é definido como doença mental consiste no que os psiquiatras resolveram rotular como desvios de conduta, são juízos de valor estigmatizados e aprovados pela instituição psiquiátrica. Szasz critica as intervenções psiquiátricas involuntárias, pois não as entende como processos de cura e tratamento, mas como dispositivos de tortura. Esses instrumentos de poder usados pelo saber psiquiátrico permitem ao autor relacionar a caça às bruxas ocorrida durante a Idade Média com a perseguição que a modernidade tem feito aos acometidos de doenças mentais. Essa importuna prática social de punição fica clara quando se avalia na história o papel terapêutico da Psiquiatria, ao utilizar, como métodos de cura, a violência contra cidadãos considerados mentalmente doentes.

---

<sup>5</sup> FOUCAULT, Michel. *A Ordem...*, p. 11-16.

<sup>6</sup> SZASZ, Thomas S. *A fabricação da loucura: um estudo comparativo entre a Inquisição e o movimento de Saúde Mental*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971; SZASZ, Thomas S. *O mito da doença mental: fundamentos de uma teoria da conduta pessoal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

As avaliações de Szasz permitem entender o papel político e moralizador desempenhado pelo saber psiquiátrico. Com base nesta leitura, é possível entender os discursos promovidos pelo saber médico, pelo poder político e pelos intelectuais em fontes que mostram as intervenções eugenistas nos espaços institucionais de várias cidades do Brasil.

Robert Castel<sup>7</sup> mostra, assim como Szasz, que a Psiquiatria é uma ciência política, pois responde a um problema de ordem governamental e social. Com a medicina psiquiátrica, a loucura foi administrada e circunscrita a um quadro técnico, e esta é uma perspectiva que possibilita entender a criação dos organismos médico-institucionais em resposta a medidas governamentais de âmbito federal.

Ao avaliar a condição jurídica do louco, tanto Castel quanto Szasz entendem que esse indivíduo ameaça todas as regras destinadas a organizar a sociedade, viola todas as leis que não podem ser transgredidas pelo criminoso dito são. Além disso, segundo Castel, está impossibilitado de participar do processo de produção. O doente mental não mais se pertence, passando para o campo da lástima e da piedade, rompendo com o controle social. O autor também analisa o aspecto jurídico do suposto doente mental, diferente do que ocorre com o suposto delinquente. Aquele está privado das garantias constitucionais, perde o direito de responder sobre sua pessoa, sua casa e seus documentos; não tem o direito de responder judicialmente por seus atos e dele se subtrai o direito à informação sobre a natureza e causa das acusações judiciais que lhe são feitas. Assim, não tem a seu favor o advogado de defesa, não possui direito de enfrentar as testemunhas de proteção e acusação<sup>8</sup>.

Nesse contexto, segundo Castel, foi introduzida uma prática de competência técnica que impôs aos insanos a tutelarização brutal e completa. Para tanto, tornou-se fundamental o seu isolamento em instituições fechadas, nas quais foram confinados, rotulados e postos sob a observação e o controle de centenas de profissionais estritamente especializados<sup>9</sup>.

Roy Porter<sup>10</sup>, por sua vez, produziu uma abordagem inédita na historiografia sobre o assunto da loucura. Sua intenção era apresentar como os sujeitos da loucura conceberam suas doenças e como explicaram seus comportamentos. Para isto, é possível utilizar de inúmeros documentos produzidos por – ou atribuídos a – pessoas que foram tratadas como loucas e que se reconheciam como tais. O material de análise forma um conjunto documental riquíssimo, composto de cartas, desenhos, pinturas e textos poéticos, que Porter analisou procurando entender como aquelas pessoas assinalaram os universos mentais de seu psiquismo.

Ao usar o discurso do louco, conferindo-lhe autoridade para falar de si, Porter promoveu um novo olhar sobre o entendimento do comportamento humano. Seu

---

<sup>7</sup> CASTEL, Robert. *A ordem psiquiátrica: a idade do ouro do alienismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

<sup>8</sup> SZASZ, Thomas S. *A fabricação da...*

<sup>9</sup> CASTEL, Robert, *op. cit.*

<sup>10</sup> PORTER, Roy. *Uma história social da loucura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

estudo, com base na avaliação da autobiografia de seus personagens, promoveu uma percepção diferenciada a respeito da insanidade. Sua análise consistiu em encontrar nos relatos de personagens do século XIX a significação das práticas psiquiátricas. Porter deu aos insanos o poder da voz, o que valeu ao autor um objeto de estudo e reconhecimento da sua palavra. Os textos escritos pelos loucos não foram lidos apenas como análise de sintomas das doenças ou das síndromes, mas vistos como comunicações dos medos e das ameaças, depoimentos de sujeitos históricos aprisionados pelos múltiplos saberes e práticas médicas, nas quais se destacam o uso da camisa-de-força, dos eletrochoques e da quimioterapia emudecedora.

Contudo, a contribuição de Porter não se restringiu apenas à perspectiva da análise do universo da loucura e na escolha de seu material de investigação. Diferenciou-se também nas avaliações que fez a respeito da Psiquiatria.

Em sua análise, menos contundente e mais relativizadora na forma de rever a história da ciência psiquiátrica, Porter relata não saber se os loucos internados nas instituições psiquiátricas eram mais bem tratados do que aqueles seus iguais não-confinados, secretamente acorrentados pelas famílias em celeiros ou, quem sabe, chicoteados em sórdidos sótãos de propriedade de requintadas famílias.

Outro importante argumento de Porter diz respeito àqueles que tão severamente criticam as práticas psiquiátricas ou o surgimento da ciência:

Seria um erro ver fundamento o embrião da “psiquiatria” nesse impulso de três últimos séculos na direção da institucionalização da doença mental. Inicialmente, a reclusão dos lunáticos era atribuição da polícia civil, mais uma iniciativa de magistrados, filantropos e famílias do que mérito – para o bem ou para o mal – dos médicos. De fato o aparecimento da medicina psicológica foi mais consequência do que causa do surgimento do asilo de loucos. A psiquiatria foi capaz de florescer depois – mas não antes – de grande número de internos encher os manicômios.<sup>11</sup>

Ainda de acordo com Porter, a medicina psiquiátrica ganhou impulso a partir do século XVIII, embora fosse, então, ainda muito grotesca. No seu florescer, a Psiquiatria utilizou-se da medicina orgânica como método de tratamento. Depois surgiram as medicações com o fim de purgar do corpo as substâncias que feriam a tranquilidade mental. A medicina orgânica utilizava-se também da terapia por meio das drogas: sedativos para os maníacos, estimulantes para os melancólicos. Outros métodos foram usados, entre os quais: suadouros, banhos quentes e frios, vômitos, laxativos, eletrochoque, cadeiras-de-força, algemas, camisas-de-força, correntes, ópio e confinamento solitário em celas escuras. Com o tratamento do corpo, principalmente

---

<sup>11</sup> Idem, p. 27.

àquela época, pretendia-se atingir o objetivo último, possibilitar o impacto sobre a mente<sup>12</sup>.

Houve, em seguida, críticas muito sérias aos tratamentos que seguiam o método da psiquiatria médica orgânica, assim, reformistas fizeram, no final do século XVIII, propostas terapêuticas de libertar os loucos das correntes. Tinham por ideal fazer reviver a humanidade adormecida do louco e, para isso, deveria o alienado sofrer um retreinamento da mente. O mecanismo mais eficaz seria o uso da disciplina, para tentar entender o funcionamento da mente fantasiosa e do comportamento inadequado.

No decorrer do século XIX, o método terapêutico trouxe uma nova possibilidade de cura para a doença mental, que consistia num esquema de recuperação que afastava o doente mental do convívio social para, posteriormente, reprogramar sua mente por um processo disciplinar. Para conseguir a façanha da cura, a principal terapêutica era o internamento em hospitais psiquiátricos. Em pouco tempo, manicômios estavam superlotados e – transformados em depósitos de incuráveis, inaptos e doentes crônicos – não mais serviam como instrumento de regeneração. Os hospitais passaram a ser a própria máquina de fabricação da loucura.

As contribuições de Porter permitem ponderar e flexibilizar juízos de valor a respeito da Psiquiatria e de suas práticas de cura. E possibilitam, também, não delegar apenas ao psiquiatra a responsabilidade da institucionalização da loucura e as consequências políticas e sociais daquelas práticas. Entende-se que tais práticas de institucionalização se constituíram no resultado de uma consciência compartilhada pela sociedade num determinado tempo da história, e suas consequências políticas e sociais foram e são de responsabilidade social.

Nessa perspectiva, o trabalho de Ramón Garcia<sup>13</sup> esclarece a construção da imagem da loucura a partir do que somos e como construímos essas mesmas imagens. O autor afirma ser o processo de exclusão um procedimento fabricado cotidianamente. Esculpe-se o outro, traço por traço, num processo social de fabricação e exclusão, estabelecendo as diferenças entre ele e nós.

O outro como problema é momento de um processo. De fato, o outro se fabrica [...] sobre a base da loucura, construímos dia a dia o louco; [...] a sensatez confrontada com a loucura, a razão fechada categoricamente à sem-razão, o normal definitivamente separado do anormal é o caldo de cultura em que nasce e se desenvolve a alteridade do outro.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> Idem, p. 28.

<sup>13</sup> GARCIA, Ramón. A propósito do outro: a loucura. In: LARROSA, Jorge; LARA, Nuria Perez de. *Imagens do outro*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 24-46.

<sup>14</sup> Idem, p. 24-25.

## 2. A cidade, o louco e a disciplina: Brasil e Mato Grosso

O marco da produção historiográfica sobre a temática da loucura e sobre a história da Psiquiatria no Brasil é o estudo desenvolvido na década de 1980 pelo historiador Jurandir Freire Costa<sup>15</sup>. Sua obra pretende valorizar a história da Psiquiatria no Brasil, com o intuito de apresentar um recenseamento da atuação da medicina psiquiátrica e, com base nele, fazer então os julgamentos necessários à Psiquiatria, que acreditava ser ciência. Baseando-se em documentos pesquisados nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, encontrados principalmente no Rio de Janeiro, Costa analisa o pensamento psiquiátrico da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) nos anos de 1920 a 1930, buscando nos discursos a explicitação das práticas psiquiátricas. O autor detalha o comportamento das práticas psiquiátricas do país refazendo a história das ideias em que se basearam as teorias da Liga Brasileira de Higiene Mental. Para ele,

a eugenia foi o artefato conceitual que permitiu aos psiquiatras dilatar as fronteiras da Psiquiatria e abranger, desta maneira, o terreno social. A nova noção justificou psiquiatricamente a expressão dos anseios culturais dos psiquiatras que, sem ela, teriam que tomar os caminhos políticos e ideológicos adequados à sua manifestação.<sup>16</sup>

Costa relata ser “o preconceito racial um elemento constitutivo da classe burguesa” e entende que a elite política, a sociedade e os intelectuais procuravam explicar, por meio da eugenia, as psicopatologias do crime e os comportamentos considerados imorais. Os usuários de bebidas alcoólicas foram também somados aos ataques do discurso eugênico<sup>17</sup>.

É um período marcado pelo mito do saber científico. “A este saber é pedido, entre outras coisas, que ele estruture os valores que coordenam e harmonizam a hierarquia social. Coube à medicina, como parte deste saber, a tarefa de definir o que é ‘bom’ ou ‘mau’ para os indivíduos”<sup>18</sup>.

Ainda conforme Costa, para fazer-se ciência, a Psiquiatria esteve, durante bom tempo, especialmente nas primeiras décadas do século XX, baseada em teorias eugênicas. No Brasil, o pensamento psiquiátrico incorporou as ideias e ideais eugênicos, bastante funcionais no momento em que a questão racial ocupava papel de destaque na agenda social do país, recém-saído da escravidão: “a prevenção eugênica

---

<sup>15</sup> COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

<sup>16</sup> Idem, p. 29.

<sup>17</sup> Idem, p. 13.

<sup>18</sup> Idem, p. 19.



destinava-se a criar um indivíduo brasileiro mentalmente sadio. Mas este indivíduo não era um indivíduo qualquer. Ele deveria ser branco, racista, xenófobo, puritano, chauvinista e antiliberal”.<sup>19</sup>

Os psiquiatras estabeleceram uma relação científica com os modelos conceituais apresentados pela eugenia, e com a ambição de fazer ciência, os psiquiatras passaram a dominar a desrazão. Perseguindo-a, queriam de toda forma domesticá-la, por isso tornou-se um recurso importante para construir no Brasil uma imagem de prevenção aos vícios, à ociosidade e à miscigenação racial. Muitos psiquiatras acreditavam que o povo brasileiro degradara-se moralmente e que a eugenia representava uma forma de resolver essa questão, auxiliando na prevenção da transgressão moral e social.

Entre os grandes vilões da transgressão e da degradação moral, objeto da intervenção psiquiátrica, estava o alcoolismo. Muitos profissionais da saúde envolveram-se apaixonadamente no combate ao uso do álcool, apontando os significativos males físicos e psíquicos causados pelo alcoolismo e atribuindo-lhe grande parte das mazelas sociais, sobretudo os crimes e as doenças mentais.

Sob a mira dos médicos e de intelectuais estava a população pobre, imigrante e negra. Em nome da ciência, importaram ideias segregadoras, desenvolveram a discriminação cultural, legitimaram e caucionaram os preconceitos raciais. Os pobres e os negros foram os mais visados nessa política de segregação antiliberal e racista, os principais alvos, portanto, do poder dos novos conceitos científicos. Como resumiu Costa, referindo-se à atuação da LBHM, uma das instituições que mais se engajou no combate ao alcoolismo, “o biologismo da LBHM tinha um fundamento ideológico e não-científico”.<sup>20</sup>

A LBHM foi fundada no Rio de Janeiro, no ano de 1923, com o objetivo de prestar melhor assistência aos doentes mentais. O surgimento da instituição contribuiu para a fundação de novos estabelecimentos psiquiátricos e renovou o quadro de profissionais da área médica. “A LBHM era uma entidade civil, reconhecida de utilidade pública, que funcionava com uma subvenção federal, com a ajuda benévola de filantropos e, posteriormente, em 1925, com a renda dos anúncios publicados na sua revista [...]”.<sup>21</sup>

A Liga Brasileira de Higiene Mental esteve, num primeiro momento, preocupada com programas voltados para a higiene psíquica individual. Ao desenvolverem suas atividades, os psiquiatras justificavam sua atuação discutindo formas de conduzir o doente mental com medicamentos e avaliando também o papel desempenhado pela hereditariedade na doença mental. Usavam de argumentos científicos para explicar os defeitos psíquicos encontrados na esquizofrenia, na doença maníaco-depressiva e em outras doenças mentais vistas como resultado de desajustes

---

<sup>19</sup> Idem, p. 18.

<sup>20</sup> Idem, p. 25.

<sup>21</sup> Idem, p. 28.

de ordem moral, entre elas o alcoolismo e o homossexualismo. Estas categorias eram posições defendidas pelos cientistas que, aliados à ideologia eugenista, propunham uma nova ordem social e moral.

Nesse contexto, a institucionalização da loucura recebe grande impulso, pois o discurso eugênico vinha atender às necessidades teóricas e conceituais de segregar a loucura e tratá-la por meio de conhecimentos técnico-científicos. Costa informa que, até meados do século XIX, os doentes mentais do Rio de Janeiro estiveram a perambular pelas ruas ou internados na Santa Casa de Misericórdia, sem qualquer assistência médica específica.

A partir de 1830, um grupo de médicos e higienistas passa a discursar sobre a necessidade de um hospital para tratamento de doentes mentais. As principais críticas apresentadas pelos médicos e pelos higienistas eram aquelas referentes ao tratamento dispensado aos insanos. Os maus tratos, o descaso, as péssimas condições ambientais e a ausência de especialidade médica no hospital Santa Casa de Misericórdia eram motivos mais do que suficientes para os médicos do período desenvolverem uma política em defesa do tratamento da doença mental. Nesse contexto de higienização do espaço, foram construídos os primeiros hospitais destinados aos doentes mentais<sup>22</sup>.

A obra de Maria Clementina Pereira Cunha<sup>23</sup> forneceu dados preciosos acerca da história da maior instituição manicomial da América do Sul, o Hospital do Juquery, em São Paulo. Discutiu a apropriação do saber psiquiátrico no Brasil, especialmente nesse Estado, e apresentou séria denúncia das práticas repressivas no espaço hospitalar, levadas a efeito pelo saber técnico e científico, somadas ao descaso do poder público. Ao tratar da história do Juquery, Cunha relaciona a instituição e a assistência psiquiátrica à problemática urbana. Para ela, a teoria da degenerescência foi o grande referencial que possibilitou o enfrentamento da indisciplina na segunda metade do século passado.

Em busca de uma história de exclusão do louco, Cunha explica a teoria da degenerescência, construída pelo discurso médico na Europa em meados do século XIX. Conforme relato da autora, a medicina preocupou-se com a loucura invisível, promovendo um processo de aburguesamento do espaço urbano. A autora defende também a ideia de que as instituições hospitalares são criadas para disciplinar e higienizar a cidade, citando o Juquery como exemplo.

O alienismo, a medicina social, a engenharia, assim como a polícia e todo um conjunto de instituições, congregam esforços em direção à edificação de uma cidade higienizada, livre da peste e do

---

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

perigo, que reproduza em seu interior a imagem vitoriosa da ordem burguesa.<sup>24</sup>

Ao investigar a história do Hospital, Cunha reconstituiu a história de alguns dos milhares de internos do Juquery. Buscou a história da instituição psiquiátrica no contexto da formação de uma cidade em processo de transformação, apesar de suas estruturas continuarem, ainda, as do período colonial. Durante o império, as cidades brasileiras ainda não apresentavam problemas decorrentes do caos social, situação tão premente atualmente.

As transgressões do povo, da população das ruas, das favelas, dos mais pobres, dos negros, dos mestiços e dos imigrantes foram marcadas a ferro e fogo pelos sujeitos disciplinares. Agentes policiais, médicos, sanitaristas e higienistas foram os mais contundentes militantes da vigilância dos códigos morais e sociais expressamente ordenados pela teoria eugenista. Foram capazes de disciplinar os corpos e, no caso, as mentes, com um arsenal de medicamentos e metodologias suficientemente eficazes no controle do cotidiano dos doentes em manicômios.

Há também nesses discursos da modernidade um novo elemento científico, a eugenia, que instituiu, por força dos agentes do poder público e médico, novos códigos morais e sociais à sociedade. Os conceitos eugênicos nos centros mais avançados do país mostravam-se capazes de estabelecer parâmetros conceituais e técnicos, de moldar, por meio de um novo repertório científico, as práticas segregadoras.

As maiores vítimas da segregação programada pelos sujeitos eugênicos foram os negros, majoritariamente as mulheres negras e pobres. Conforme descreve Maria Clementina Pereira Cunha, as mulheres eram “quase sempre internadas no Juquery por alegados distúrbios relativos, sobretudo ao espaço que lhes coube na definição de papéis sexuais e sociais – a esfera privada”<sup>25</sup>.

Vera Regina Beltrão Marques<sup>26</sup> comenta que a eugenia desempenhou também um papel importante como referência para o projeto de construção da nação civilizada, entre cujos elementos estava o depuramento das raças, eliminando, pelo cruzamento com europeus, os atributos do negro e do índio, considerados inferiores. Assim, pelo uso de uma metodologia racista e xenófoba, pretendia-se aperfeiçoar e homogeneizar a sociedade brasileira por meio de conceitos higiênicos e morais, com objetivos bem definidos: a construção de um futuro promissor à nação brasileira.

Estudando a cidade de São Paulo na década de 1920, Marques revela uma verdadeira engenharia de controle social, situado nos diversos órgãos do governo e nas falas dos mais variados sujeitos disciplinares. Para a autora, a eugenia moldava-se perfeitamente à república brasileira recém-instaurada, pois vinha justificar as

---

<sup>24</sup> Idem, p. 27.

<sup>25</sup> Idem, p. 143.

<sup>26</sup> MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

diferenças da população perante um Estado cujo ideal político pautava-se na igualdade de todos<sup>27</sup>.

A eugenia serviu como um mecanismo de controle da população que afluía para a cidade de São Paulo em busca de melhores condições de vida, projetadas pela ideia de progresso. Também se fez presente no ideal de enfrentar a diversidade social, com o poder de atravessar todas as esferas da existência dos espaços domiciliares, desde comportamentos sexuais a políticos. Era um desafio que implicava construir a aceitação da ordem e da disciplina. Dessa forma, funcionou como uma técnica do poder:

como instrumento científico por excelência, os eugenistas incorporavam “ao conceber a vida” controles reguladores que se constituíram como verdadeiros agenciadores do sexo, a definir a constituição das famílias; os modos de viver e trabalhar; as formas de educar os filhos; a sexualidade normal e as condutas desviantes; [...] enfim, os meios de existir, para atingir o progresso biológico e então desfrutar o progresso social.<sup>28</sup>

Durante os anos de 1920, foram elaboradas as estratégias que tornaram as práticas eugênicas ações políticas do Estado, resultando na elaboração de normas que permitiram a intervenção na esfera social. A eugenia veio também para qualificar a higiene como impositora de normas para regular a vida social das populações urbanas, “ampliando consideravelmente o seu campo de atuação”<sup>29</sup>.

As contribuições de Jurandir Freire Costa, Maria Clementina Pereira Cunha e Vera Marques tornam possível entender o discurso eugênico e sua vinculação com as teorias raciais e as práticas racistas desenvolvidas pela elite política e intelectual brasileira entre meados do século XIX e os primeiros anos da República. E permitem, ainda, associar o conteúdo eugenista aos conceitos de modernidade e civilização veiculados em materiais de investigação documental.

Foi em meados do século XIX e na sucessão dele que hospitais para loucos foram construídos. Os dois primeiros, no ano de 1852, foram os de São Paulo e Rio de Janeiro. Enquanto a cidade de São Paulo apresentava características coloniais no decorrer do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro, sede do governo imperial, modernizava-se desde os tempos em que a Coroa migrara para o Brasil. A cidade ostentava mudanças mais significativas, dada a sua condição de capital do país. Nela, os símbolos do progresso já começavam a ser aparelhados no espaço urbano.

Com o capital gerado pela economia cafeeira, São Paulo viria a ganhar investimentos do modelo de cidade que começava a civilizar-se, num período em que

---

<sup>27</sup> Idem, p. 39.

<sup>28</sup> Idem, p. 20.

<sup>29</sup> Idem, p. 27.

se expressaram as transformações urbanas e, em números grandiosos, o aumento populacional, com a inserção de novos sujeitos sociais – os imigrantes italianos, os negros, enfim, o proletariado urbano morador da cidade, especialmente os habitantes dos cortiços. E eram esses os elementos mais visados pela dura realidade de resistirem a um cotidiano marcado pelos interventores do espaço, do sistema policial, médico, intelectual e judicial. A eugenia aos poucos ganharia espaço, promovendo justificativas para as práticas de intervenção social e de cura, ação política capaz de gerar novos modelos de sociedade e de organização urbana.

Esse era, grosso modo, o panorama da problemática urbana do Sudeste brasileiro entre meados do século XIX e os primeiros anos da República. A população urbana era vista como ameaça à ordem urbana. “A multidão – do objeto a respeito do qual o discurso oficial expressava claramente o temor das classes dirigentes – constitui a principal ameaça a ser enfrentada: ela encarna o medo físico da violência, da irracionalidade, é o abrigo do seu anonimato”<sup>30</sup>.

Há, nesse período, um forte desejo de fazer do Brasil uma nação civilizada, o que implicava, entre outras coisas, mostrar um cenário que apresentasse amplas possibilidades de afirmar um modelo social padronizado nos conceitos e valores da burguesia europeia. Ser civilizado era fazer do discurso da eugenia uma prática social, tornando aqueles que fugiam aos padrões normativos burgueses os principais alvos do ataque eugenista. Foi com essa finalidade que o Estado brasileiro usou da teoria eugenista para fazer da nação um espaço de ordenamento moral e social. Com arsenais teóricos, políticos, policiais, médicos e legislativos, o discurso eugênico serviu ao empenho político do Estado republicano para constituir um modelo de sociedade ordenada e civilizada. Esse forte desejo de construir uma nação moderna, seguindo o padrão eugênico, formou uma mentalidade que permeou o pensamento e a atuação social da elite política e intelectual da nação brasileira.

Sérgio Carrara<sup>31</sup>, em estudo sobre o manicômio judiciário no Rio de Janeiro no período da Primeira República, analisou a ambivalência entre o hospital e a prisão, mostrando o cotidiano dos habitantes do manicômio judiciário, os quais se definem e são definidos ao mesmo tempo como doentes e presos. Seu objeto de estudo está embasado na ideia de discutir os embates entre medicina e direito. Esta obra é importante, pois possibilita a compreensão do crescente poder dos médicos na avaliação do quadro psíquico dos pacientes que recebiam atestados médicos ao justificar suas licenças trabalhistas.

O discurso da medicina psiquiátrica deixava claro que o alcoolismo trazia como consequência a doença mental. A intransigência do uso do álcool dava-se em maior grau entre os usuários da classe pobre. O antialcoolismo era “pura defesa dos

---

<sup>30</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira, *op. cit.*, p. 40.

<sup>31</sup> CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; São Paulo: Ed. USP, 1998, p. 16-42.

padrões morais do grupo social a que pertencia a maioria dos psiquiatras”<sup>32</sup>. A necessidade fundamental dos agentes psiquiatras era modificar a realidade brasileira com a qual não estavam de acordo. A prevenção era usada como procedimento metodológico capaz de fundamentar a ordem social e moral.

Qualquer teoria poderia justificar a prevenção, pois os psiquiatras encarregavam-se de fazer coincidir a realidade com a representação científica que queriam que ela tivesse [...]. Deste modo é que o alcoolismo tornou-se a causa de pobreza e decadência moral. [...] A sífilis tornou-se atributo do patrimônio genético dos negros e a miscigenação racial tornou-se a causa da desorganização política e social.<sup>33</sup>

Viu-se que, para os eugenistas, a mistura das raças era condição que promovia a degeneração moral. A ordem no discurso da civilização seria implementada com o controle racial e com os ajustes morais. Para atingir tal objetivo, seria necessário o controle do saber médico e a Psiquiatria pôs-se a alardear a “difusão da degradação racial e moral das populações”<sup>34</sup>.

O discurso da eugenia aqui apresentado tratava, sobretudo, da difusão de determinados comportamentos e valores morais. Aos pobres eram atribuídas várias perversões, eles eram os responsáveis pelos comportamentos desviantes e socialmente inaceitáveis, pela progressão da delinquência e loucura causada pelo uso do álcool.

A Psiquiatria, ciência responsável pelos códigos morais e pela melhor conduta social, tinha na eugenia seus postulados científicos. Ao argumentar a melhoria da raça, investiu em vários programas de combate ao uso do álcool. A ingestão etílica influía no aperfeiçoamento da raça humana. Filhos de pais que abusavam do álcool eram vistos pelo discurso da eugenia como possíveis candidatos à infelicidade, ao retardamento mental, à fraqueza muscular e mental. O alcoolismo era o mais degradante dos vícios, e os usuários eram aconselhados a largá-lo, sendo esta uma das atuações políticas da Liga Brasileira de Higiene Mental. Neste sentido, o papel da instituição era o de zelar pela higiene social. As medidas eugênicas em muito contribuíram na avaliação da doença mental. Os psiquiatras “tinham conseguido integrar a eugenia na ideologia racial brasileira, de maneira harmoniosa, ou seja: a eugenia encarregava-se da profilaxia da doença mental e da miscigenação da profilaxia da raça”<sup>35</sup>.

O vício do álcool, segundo os pensadores da Liga, comprometia os bons costumes, embrutecia a alma, promovia desastrosas consequências à sanidade mental.

---

<sup>32</sup> COSTA, Jurandir Freire, *op. cit.*, p. 71.

<sup>33</sup> *Idem*, p. 17-18.

<sup>34</sup> MARQUES, Vera Regina, *op. cit.*, p. 35.

<sup>35</sup> *Idem*, p. 38.

Enfim, o uso do álcool impelia “frequentemente à miséria, ao crime, ao suicídio, à loucura, à tuberculose e mais numerosas molestias de gravidade especial”<sup>36</sup>. Os conceitos eugênicos nos centros mais avançados do país mostravam-se capazes de estabelecer parâmetros conceituais e técnicos, de moldar, através de um novo repertório científico, as práticas segregadoras.

Em Mato Grosso, José Barnabé de Mesquita escreveu sobre esses mais novos valores conceituais da eugenia. Muitos dos *crimes célebres*<sup>37</sup> ocorridos em Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, foram relatados por ele como resultantes da mistura das raças e também da excitação provocada pelo uso do álcool. Mesquita analisou frequentes criminalidades como produto da miscigenação racial. Dizia ser o crime ato de gente selvagem, resultado da irracionalidade humana, da ignorância e da imoralidade do caboclo.

Outra circunstância que convém acentuar é a influência considerável exercida pela ignorância moral e religiosa do caboclo aliada à sua extrema susceptibilidade em questões que se prendem aos instintos inferiores da animalidade. É fácil verificar que a progressão da criminalidade vai decrescendo à medida que se aproxima de um nível superior de cultura.<sup>38</sup>

O combate ao uso do álcool era tratado por Mesquita com profundidade, com argumentos que não se diferenciavam dos do discurso dos psiquiatras eugenistas. Acreditava, e assim defendia, que os homicídios em Mato Grosso davam-se pelo abuso do álcool. Sua teoria é bastante pertinente aos estudos da degeneração racial. Defendia que “os homicídios e ferimentos são quasi sempre o resultado de rixas entre individuos de infima classe, as mais das vezes no estado de embriaguez”<sup>39</sup>. Sobre o vício do álcool diz: “Os beberazes levam a triste primazia no rol dos auctores de nefarios delictos e, no mais das vezes, os crimes praticados, quer na baixa quer na media camada social, têm no alambique o seu principal factor”<sup>40</sup>.

Sob a orientação do governo federal e da imprensa do Rio de Janeiro, fez-se uma campanha nacional visando à mais ampla divulgação das terríveis consequências do abuso do álcool e seus derivados. Essas campanhas ocupavam-se do assunto dos funestos efeitos do terrível tóxico. Os cuiabanos mais pobres passaram a ser alvos das empreitadas eugenistas. Em matéria de jornal, intitulada “Guerra do álcool”, aparece a campanha imbuída em mostrar os mais devassos perigos de tal vício:

<sup>36</sup> A REACÇÃO, Cuiabá, n. 28, p. 2, 19 jan. 1913.

<sup>37</sup> MESQUITA, José Barnabé de. *Gente e coisas de antanho*. Cuiabá: SMEC/DCT, 1978. p. 54.

<sup>38</sup> Idem, p. 66.

<sup>39</sup> Idem, p. 55.

<sup>40</sup> Idem, p. 69.

o qual como nenhum outro, deve merecer a maior atenção dos cientistas ou governantes, porquanto constitui por si só o maior mal social, o factor etiológico mais importante, ao lado da syphilis, responsável pela decadência da nossa nacionalidade, da degeneração da raça, estiolando a no deboche, amesquinhando o character, debilitando-o a robustez e corrompendo o brio nacional.<sup>41</sup>

O álcool foi o grande responsável, na visão do jornal, por um dos piores males que assolou a humanidade. Lemos a mais eloquente prova do que seja o perigo do álcool na referência do saber do

Mestre dos Mestres, o Grande professor Miguel Couto, não precisamos mais recordar a mais terrível hecatombe que a humanidade tenha sofrido nestes últimos annos; a grande guerra de 1914; a maior das guerras mundiais, de que se tem notícia, tivera por origem o alcool, o ethylismo agudo de um inditoso moço.<sup>42</sup>

O álcool foi percebido como o maior criminoso social, responsabilizado por misérias, viuvez e orfandade, os trágicos resultados da primeira guerra mundial. O papel desempenhado pela Liga Brasileira de Higiene Mental era aconselhar “o abandono de tão degradante vício”<sup>43</sup>.

Advogava Mesquita que o sertanejo da região mato-grossense se diferenciava daquele do sertão nordestino. Lá, segundo ele, havia a infestação do crime. Bandoleiros que tomavam de assalto a população interiorana. A principal característica da existência de criminosos jagunços nordestinos era o resultado de uma extraordinária miscigenação racial. Em Mato Grosso, a explicação era a de que

o crime ficou sendo mais a explosão de estados de pscose individual, de odios reprimidos, vinganças políticas ou pessôaes, desabafos de afrontas ou vexames à dignidade e à honra. Isso, nas classes media e superior, porque, na plebe, quasi sempre, entra, por maior factor de delinquencia, o alcool super excitados dos baixos sentimentos da animalidade, a rebentar em crises quasi sempre motivadas pela libido ou pela ambição.<sup>44</sup>

---

<sup>41</sup> A REACÇÃO, Cuiabá, n. 19, p. 1, 18 out. 1929.

<sup>42</sup> A REACÇÃO, Cuiabá, n. 19, p. 1, 18 out. 1929.

<sup>43</sup> MESQUITA, José Barnabé de, *op. cit.*, p. 55.

<sup>44</sup> *Idem*, p. 55.



O combate ao uso do álcool era difundido em vários jornais da cidade, “o uso de bebidas espirituosas, o abuso do vinho e do álcool em geral, são hábitos contraindoados até pelas pessoas da boa sociedade”<sup>45</sup>.

O discurso da medicina psiquiátrica deixava claro que o alcoolismo trazia como consequência a doença mental. A intransigência do uso do álcool dava-se em maior grau naqueles usuários da classe pobre. O antialcoolismo “era uma pura defesa dos padrões morais do grupo social a que pertencia a maioria dos psiquiatras”<sup>46</sup>. A necessidade fundamental destes agentes era modificar a realidade brasileira com a qual não estavam de acordo. A prevenção era usada como procedimento metodológico capaz de fundamentar a ordem social e moral.

Qualquer teoria poderia justificar a prevenção, pois os psiquiatras encarregavam-se de fazer coincidir a realidade com a representação científica que queriam que ela tivesse [...]. Deste modo é que o alcoolismo tornou-se a causa de pobreza e decadência moral. [...] A sífilis tornou-se atributo do patrimônio genético dos negros e a miscigenação racial tornou-se a causa da desorganização política e social.<sup>47</sup>

Entendeu-se que, para os eugenistas, a mistura das raças era condição que promovia a degeneração moral. A ordem no discurso da civilização seria implementada com o controle racial e com os ajustes morais. Para atingir tal objetivo seria necessário o controle do saber médico. A Psiquiatria punha-se a alardear a “difusão da degradação racial e moral das populações”<sup>48</sup>.

O álcool era combatido sistematicamente pelos órgãos de imprensa de Cuiabá. Os maiores problemas gerados pelo consumo eram os que podiam provocar a “verdadeira demência com tremor característico dos membros (*delirium tremens*), a mania de perseguição e daí a facilidade do homicídio. O aumento da loucura marcha na mesma proporção do consumo do álcool”<sup>49</sup>.

Sobre o abuso do álcool há outra observação publicada em jornal, chamando a atenção das mães que estavam habituadas a usar o álcool no combate às fraquezas físicas:

Queridas mães, tomae cuidado não deveis dar álcool em forma alguma aos vossos filhinhos; se eles estão magros e fracos dar-lhes

<sup>45</sup> JORNAL DO ÓRGÃO DA LIGA MATO-GROSSENSE DE LIVRES PENSADORES, Cuiabá, n. 28, p. 1, 19 jan. 1913.

<sup>46</sup> COSTA, Jurandir Freire, *op. cit.*, p. 71.

<sup>47</sup> *Idem*, p. 17-18.

<sup>48</sup> MARQUES, Vera Regina, *op. cit.*, p. 35.

<sup>49</sup> A REACÇÃO, Cuiabá, n. 28, p. 2, 19 jan. 1913.

a “Emulsão de Scott”. Atesto que tenho empregado longamente em minha clínica quer hospitalar, quer civil, e verifiquei sempre os melhores resultados [...]. “Dr. Olegario de Moura de São Paulo”.<sup>50</sup>

Evidencia-se que o álcool no Brasil era usado para atender a inúmeros problemas de saúde. É muito provável que o álcool, em Cuiabá, tenha sido um grave problema social, mas nada que impedisse os descendentes de herdarem de seus genitores a imbecilidade, idiotice e fraqueza, como tratou o texto publicado no jornal *A Cruz*:

É o álcool que povôa as cadeias. O suicida é frequentemente alcoolista. Consciente ou inconsciente no momento do suicídio, tem no álcool a causa remota ou imediatamente de seu fim. Com estes fenomenos se relaciona a ponderosa questão da hereditariedade: os filhos de paes abusam do alcool, são de compleição infeliz: idiotas, epilepticos.<sup>51</sup>

Firmo Rodrigues conta que pessoas humildes tinham o costume de usar o álcool como um remédio contra os vermes e o amarelão. “Daí existir um costume entre os pais, de toda vez que tomam um trago de cachaça, deixar um gole para o filho, que junto dele estiver. E o filhinho com pouca idade já vai tomando gosto pelo uso da cachaça”<sup>52</sup>. Certo dia, menciona Rodrigues, passando pelo rancho de um casal que morava na propriedade de um fazendeiro, viu um quadro doloroso:

estirado numa rede estava um menino, de 6 para 7 anos, olhos arregalados, completamente inerte. Contavam-me então os pais que, de manhã haviam saído para o trabalho de roça deixando o filho no rancho, de volta, encontramos o menino deitado e sem fala: tinha bebido quase meia garrafa de aguardente. E o menino morreu.<sup>53</sup>

Para os psiquiatras, “a desestruturação da sociedade brasileira tinha verdadeiramente uma origem alcoólica”<sup>54</sup>. A Liga Brasileira de Higiene Mental promovia campanhas antialcoólicas, cujo objetivo mais imediato era o de definir um código moral que pudesse atender a uma política eugenista. Percebe-se claramente que, à medida que a medicina psiquiátrica crescia em poder, maior era o seu território

<sup>50</sup> O MATTO-GROSSO, Cuiabá, 29 fev. 1920.

<sup>51</sup> A CRUZ, Cuiabá, 18 jan. 1914, p. 2.

<sup>52</sup> RODRIGUES, Firmo. *Figuras e coisas de nossa terra*. Cuiabá: [s. n.], 1959, p. 117.

<sup>53</sup> Idem, p. 117.

<sup>54</sup> COSTA, Jurandir Freire, *op. cit.*, p. 64.

ou maior dimensão tomava o seu objeto de estudo. O que antes era da esfera da Igreja, considerado como pecado ou vício, passa a ser objeto de avaliação da Psiquiatria.

A bebida excessiva tornou-se a doença mental do alcoolismo, assim como os abusos sexuais tais como a sodomia foram psiquiatrizados na “neurose homossexual”, e toda uma série de outras “perversões” eróticas foram catalogadas pela psicopatologia.<sup>55</sup>

É importante ressaltar que os psiquiatras que defendiam as teorias eugenistas, embasados na Liga Brasileira de Higiene Mental, atribuíam aos negros pobres usuários de álcool a responsabilidade pela insânia.

Tratando-se da sociedade, a loucura nos anos decorrentes da República era também avaliada sob a ótica dos efeitos do espiritismo. A loucura, por exemplo, para alguns exacerbados defensores dos preceitos da filosofia cristã, era vista como consequência de práticas da religião espírita. Os discursos a respeito do espiritismo, mais recorrentes nos jornais de cunho cristão, transferiam as representações sobre os efeitos e as causas da loucura a tal prática religiosa. Alguns jornais da época relatam as práticas discursivas referentes à imagem da loucura e dos loucos. Publicações do jornal *A Cruz* tratam dessa representação do louco, constatando na loucura seus efeitos:

O espiritismo pelo seu occultismo misterioso aguiolhoa a natural curiosidade do homem outra ocupação que não seja espírita, ao trabalho, ao dever, à família, e produz a monomania! [...] A experiência é tão geral que de qualquer indivíduo que de boa fé se deixar levar ao Espiritismo se afirma sem rebuço. “Este se encaminha para a loucura, os casos de loucura são tão numerosos que comparados com o pequeno número dos Espíritas a frequencia deles é espantosa.”<sup>56</sup>

As práticas espíritas e seus efeitos foram contados no jornal, mantendo o leitor em estado de alerta quanto às tragédias causadas por aquela religião. O espiritismo, segundo os defensores da religião católica, causava mortes, loucura e suicídio. Segundo o texto “Impiedade e superstição”, os manicômios estavam “cheios de loucos cuja a razão se desvairou em sessões necromanticas. Indague-se a causa da assustadora frequencia com que entre nós se repetem os suicídios: o espiritismo entra por muito nessa epidemia”<sup>57</sup>.

---

<sup>55</sup> PORTER, Roy, *op. cit.*, p. 34.

<sup>56</sup> A CRUZ, Cuiabá, 15 maio 1910, p. 5.

<sup>57</sup> A CRUZ, Cuiabá, 1 out. 1911, p. 2.

Havia estudos declarando que nos indivíduos que desempenhavam as funções de médiuns e naqueles que assistiam às suas operações, “o espiritismo determina a obtusão ou o exaltamento morbido das faculdades mentais”. O relato descreve que não eram poucos os conhecidos como cultores das praxes espíritas, e que tinham morrido como loucos<sup>58</sup>.

Acreditava-se que o suicídio também era causado pelas práticas espíritas. O jornalista carioca Francisco Castorino de Faria, professor público que fora jubilado, tendo nos últimos tempos se dedicado ao espiritismo, começou a apresentar manifestas alterações mentais, e cada vez mais o problema foi se acentuando. Certa madrugada, repentinamente seu Francisco, “obcecado pelas suas novas crenças espíritas”, pendurou-se numa forca na sala de jantar, pondo termo à sua existência<sup>59</sup>. Há outra história a esse respeito. Por causa da prática espírita, foi recolhido ao hospício da cidade do Rio de Janeiro o cidadão Guilherme Machado, na noite de 25 de setembro de 1912, vindo a falecer no dia 3 de outubro do mesmo ano<sup>60</sup>.

Práticas espíritas não eram vistas, pelos eugenistas e pelos católicos, como de bom agouro à concepção normativa de um viver saudável. A loucura era o belo fruto que a sociedade tinha como resultado diante das práticas religiosas que divergiam do pensamento católico.

Há casos de homens que enlouqueciam, deixando no abandono suas casas e famílias, e passavam a vaguar “pelas matas como doidos varridos”<sup>61</sup>.

O discurso da Igreja pode ser entendido como um sintoma de sua percepção da ameaça à ordem estabelecida. A Igreja Católica tinha consciência dos “perigos causados pelo espiritismo”, e apontava a loucura como uma das principais consequências a enfrentar. Religiões surgindo afetavam de perto o monopólio daquela que esteve por séculos no cenário do poder. A loucura significava um respeitável argumento, pertinente ao que vinha sendo discutido em vários grupos de poder e saber. A Igreja, em causa própria, defendendo interesses particulares, divulgava em seus discursos públicos a desvalia da prática espírita. O espiritismo fazia com que homens de família, ricos e felizes, “enlouquecessem em menos de dois anos”<sup>62</sup>.

Todo homem sensato deveria render-se diante dos argumentos da Igreja, pois a prática do espiritismo era uma conduta social não aceita. A igreja via o espiritismo como “um erro, era um engano, um perigo, uma imoralidade”<sup>63</sup>. O espiritismo tirava a fé e depois a razão. Os espíritas eram vistos como vítimas da curiosidade de charlatães, como escravos da vontade alheia que se metiam em ambiente fechado e

---

<sup>58</sup> A CRUZ, Cuiabá, 1 out. 1911, p. 2.

<sup>59</sup> A CRUZ, Cuiabá, 2 nov. 1913, p. 2.

<sup>60</sup> A CRUZ, Cuiabá, 24 nov. 1912, p. 2.

<sup>61</sup> A CRUZ, Cuiabá, 29 jun. 1910, p. 4.

<sup>62</sup> A CRUZ, Cuiabá, 29 jun. 1910, p. 4.

<sup>63</sup> A CRUZ, Cuiabá, 1 dez. 1919, p. 2.

que, sem perceber, aspiravam ao calabouço e à morte. “O espiritismo foi condenado pela Suprema Autoridade, que representa a Deus na Terra, a Igreja Católica”<sup>64</sup>.

O espiritismo conduzia gradualmente à alienação, fazia mal à sociedade, ao indivíduo e à moralidade. A prática espírita tirava o amor ao trabalho, à família e à nação; escravizava a razão, dominava e subjugava a vontade sob o império do desconhecido e do incógnito<sup>65</sup>.

Os fenômenos da loucura, bem como assuntos do vampirismo e suas consequências, são conteúdos encontrados em jornais da época. A respeito deste último, o conteúdo tratado referia-se às causas anímicas do vampirismo, com explicações conceituais. O vampirismo era apresentado como uma manifestação da

aniquilação gradativa e lenta do composto organico dos seres, pela influencia maligna dos caxicmomas animicos dos agentes estranhos. Há treis derivantes especiais e completamente determinados desse formidável parasita universal: o vampirismo physico, o corporeo e o mixto. Pela forma astral se manifesta, na antiguidade, sobre os posesos e endemoninhados. Na idade media, se evidencia na execravel pratica da magia-negra e contemporaneamente, esta substanciado nos phenomenos da loucura, que de balde os scientistas procuram objectivar no cerebro animal.<sup>66</sup>

Insistindo no tema, a loucura como fenômeno do vampirismo apresentava problemas de ordem orgânica, manifestando-se por meio do “esgotamento da pujança, do vigor physico da materia, resultante da absorção perenne de seiva vital dos seres, por individuos de maiores possibilidades magneticas ou de avidez animica mais forte”<sup>67</sup>.

Essas questões sobre as manifestações ou origens da loucura são apresentadas como argumento em matérias jornalísticas ao explicar as causas de inúmeras perturbações da mente e do corpo. São questões que colocam os céticos, os filósofos, os charlatães e o senso comum em intermináveis discussões. Seria a loucura uma desordem psíquica adquirida com os demônios da natureza? Seria a loucura a visibilidade da transgressão espiritualizada da ética cristã? Para muitos, a loucura ocupava a casa dos perversos, da mente fraca, do corpo levado pela luxúria, pela transgressão das posturas sociais, morais e sexuais impostas pelas normas judaico-cristãs.

O fenômeno do vampirismo como responsável pelos devaneios da mente humana era uma das imagens construídas em discursos de jornal para a explicação de

---

<sup>64</sup> A CRUZ, Cuiabá, 1 dez. 1919, p. 2.

<sup>65</sup> A CRUZ, Cuiabá, 1 dez. 1919, p. 2.

<sup>66</sup> JORNAL DO COMMERCIO, Cuiabá, n. 220, 4 maio 1927, p. 2.

<sup>67</sup> JORNAL DO COMMERCIO, Cuiabá, n. 220, 4 maio 1927, p. 2.

um dos males recorrentes da existência humana, a doença mental. Um dos caminhos é perceber que o discurso não colocava a insanidade como algo que tivesse solução médica. Em vão os cientistas procurariam solucionar os problemas decorrentes da mente humana. Desse mal, sofriam os fracos de espírito, os avessos à vida regrada.

Sobre a loucura há uma história interessante a respeito da vida pessoal de Auguste Comte, filósofo do século XIX e precursor do Positivismo. A matéria do jornal, intitulada “Comte era doido”, narra a história de um livro que fora publicado em Paris com o título *Idées paramédicales et medico-sociales*, de autoria do Dr. Crasset. Esse doutor, segundo o jornal, era psiquiatra e profissional de grande competência e autoridade<sup>68</sup>.

A publicação do livro certamente iria provocar grandes discussões, bem como ferir o espírito dos positivistas. O médico escritor, Dr. Crasset, constatava disfunções psíquicas no comportamento social de Auguste Comte, por suas análises médicas, classificou-o na categoria dos semiloucos. O filósofo havia sido vitimado pela demência e por esse motivo tinha sido internado por três vezes na Casa de Saúde do Dr. Esquirol<sup>69</sup>, de onde saiu, mas não curado. Após Comte ter se casado religiosamente, praticou inúmeras excentricidades, seguidas por uma tentativa de suicídio. Segundo o discurso do jornal, Auguste Comte não era uma pessoa completamente normal e nem completamente saudável. O filósofo foi tido como um antissujeito da nossa cultura. Na carreira de doente mental, Comte passou por algumas situações: primeiro foi qualificado como louco em diagnóstico médico-psiquiátrico; depois passou pelo processo de internamento em clínica, para então ser considerado insano, naquele que foi, como trata sobre a loucura Ramón Garcia, o momento da incapacitação ou a consumação legal do outro<sup>70</sup>.

Para o Dr. Crasset, algumas características denunciavam o comportamento semilouco de Auguste Comte. As vivências religiosas e sociais fizeram de Comte um homem possuidor de anormalidade psíquica. Segundo o Dr. Crasset, o filósofo possuía uma doentia concepção de família, “que o conduziu a esposar uma mulher indigna, que manteve ao seu lado, apesar de indignidade persistente dessa mulher, o que denota também que elle era ymoral, merecendo ser collocado entre os invalidos moraes”<sup>71</sup>.

Comte recebeu o designativo de louco, também, por praticar “uma concepção doentia de idéia religiosa [...] praticava culto minucioso tres vezes por dia, com orações de uma hora de duração, e com invocações inentelligiveis”<sup>72</sup>.

---

<sup>68</sup> A CRUZ, Cuiabá, 23 fev. 1923, p. 2.

<sup>69</sup> Alienista e mestre francês, lecionava Psiquiatria em Salpêtrière. Para mais informações sobre a vida do alienista Esquirol, ver: CASTEL, Robert, *op. cit.*, p. 58-67.

<sup>70</sup> GARCIA, Ramón, *op. cit.*, p. 25.

<sup>71</sup> A CRUZ, Cuiabá, 23 fev. 1923, p. 2.

<sup>72</sup> A CRUZ, Cuiabá, 23 fev. 1923, p. 2.

É interessante perceber que o caso da semiloucura de Comte foi discutido em um jornal do Órgão de Liga Social Católica de Mato Grosso. Os motivos que caracterizaram a loucura de Comte, discutidos pelo autor do livro e reafirmados pelo jornal, são elementos importantes para designar o discurso da imoralidade social e religiosa defendido pelo jornalista. A prática religiosa diferente significava a constatação de procedimento social levado pelo desatino.

Para o jornalista, Comte portava-se de forma desviante daquela que por muito tempo foi a dona do pensamento e da alma, dona do tempo litúrgico, dona da vida privada e dos sacramentos<sup>73</sup>. Sua postura religiosa não era desejada. Ao contrário, ele fundara outra religião, significando atitude política desconexa no Brasil cristão. É muito provável que sua inovação política e, principalmente, religiosa tenha incomodado o clero e os mais aguerridos políticos da Monarquia.

Acredita-se que a divulgação da doença de Comte em um jornal local tenha atendido ao propósito de desvalorizá-lo, desclassificá-lo, estigmatizá-lo e rotulá-lo. O louco não é confiável, não sabe o que faz. Demente não exerce a cidadania, insano não merece credibilidade. Louco é imoral, ameaçador, assustador, perigoso, perverso, subumano, irracional. A divulgação de sua vida privada atendeu ao objetivo político, que era o de levar seus seguidores a deixarem de acreditar nas novas teorias políticas e religiosas. Sua conduta pessoal foi usada como argumento para o descrédito do seu pensamento filosófico.

O saneamento moral e social da cidade de Cuiabá ia acontecendo. Os espaços de reclusão notoriamente divulgados nos discursos oficiais eram construídos, mesmo que submetidos à espera e à falta de verbas. Em Cuiabá, o louco foi inserido em um conjunto de valores da modernidade, num período em que sujeitos disciplinares empreendiam um novo modelo de sociedade. Em meio a representações negativas da loucura divulgadas pelos órgãos públicos, pela sociedade e pelo jornal da Igreja Católica, os projetos de segregação do louco tomavam força. O saneamento do espaço resultante do investimento de novos procedimentos metodológicos fazia do louco um indivíduo que deveria ser controlado com critérios científicos. Ocorreu na cidade de Cuiabá o processo da segregação dos loucos, que num primeiro momento esteve marcado pela ordem hospitalar da Santa Casa de Misericórdia e pelas celas da cadeia pública, para posteriormente passarem pela Chácara dos loucos e, finalmente, pelo hospital Adauto Botelho<sup>74</sup>.

<sup>73</sup> FRANCO JR., Hilário. *A Idade Média: o nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 71.

<sup>74</sup> SILVA, Lisle Maria da. *Hospital de alienados: esboço para um enfoque histórico-social*. Monografia (Conclusão de Curso de História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1988; LAMBERT, Áurea Assis; OLIVEIRA, Sueli B. de. *História do atendimento ao doente mental no Estado de Mato Grosso até 1970*. Monografia (Especialização em Doença Mental) – Faculdade de Enfermagem e Nutrição, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1995; OLIVEIRA, Alice Guimarães Bottaro de. *A história de um louco: reflexões sobre o modelo tecnológico psiquiátrico de Cuiabá*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Saúde Coletiva, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1998; CANOVA, Loiva. A loucura e as construções discursivas na história cuiabana. *Fragments de Cultura*, Goiânia, v. 16, n. 11/12, p. 991-1007, nov./dez. 2006; PINHO, Rachel Tegon de. *Cidade e loucura*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

Entendeu-se que o discurso da civilização previa a necessidade de disciplinar o espaço da cidade assentado nos postulados da eugenia. A inauguração do Asilo dos Alienados, em 1957, marca o modelo da modernidade em respeito aos novos conceitos da Psiquiatria no tratamento das doenças mentais.

Os grupos disciplinares em Mato Grosso viam no louco a possibilidade da garantia de um projeto reformador. As estratégias que compunham tal projeto estabeleceram-se, inicialmente, pelos discursos muito frequentes que falavam da carência de manicômios na cidade de Cuiabá, até que, depois de décadas, os espaços de reclusão foram construídos. A apreensão do real pelos grupos disciplinares impunha a construção de uma representação que vinha de acordo com seus próprios interesses sem levar em consideração ou dar importância aos demais atores sociais.

Durante o governo republicano, estes grupos disciplinares em Mato Grosso pensaram e descreveram a sociedade de acordo com seus ideais. A documentação apresenta vários discursos a respeito da importância da reclusão do louco e da construção dos espaços de reclusão.

Dos tempos áureos da chamada fabricação da loucura, o hospital de atendimento público Adauto Botelho, subsidiado pelo Estado de Mato Grosso, chegou a abrigar, na década de 1970, mais de 600 pacientes. Aquele foi, também, um período em que as denúncias pelo descaso, maus-tratos e falta de pessoal tomaram maior expressão.

Pela leitura dos jornais percebe-se que, a partir dos primeiros anos do regime republicano, um personagem até então ignorado pelas autoridades públicas – o louco – passou a figurar no conteúdo em falas à ordenação do espaço urbano. Nas apreciações de Relatórios de Presidentes de Estado e em processos de crimes, os loucos emergem como personagens incômodos, de algum modo perniciosos à ordem e aos princípios de uma sociedade que se queria ordenada e civilizada.

Esta constatação desperta interesses para o tema da institucionalização da loucura em capitais de vários estados do Brasil e é motivo para entender como a sociedade lidou com os indivíduos considerados loucos, antes que, por volta do final do século XIX, eles se tornassem objeto de intervenção do poder público, da polícia e da medicina. Também a relação existente entre a emergência desses indivíduos como objeto desta intervenção e a problemática da ordenação do espaço urbano; em que se fundamentam as representações sobre os loucos e a necessidade de segregá-los; como se constituem os espaços de reclusão dos loucos; que são os indivíduos aprisionados nestes ambientes de reclusão e segregação.

*Artigo recebido em 21/09/2011, aprovado em 16/12/2011*